

IPECE Informe

Nº 205 – Janeiro/2022

Evolução da inclusão do aluno com deficiência na educação básica no Ceará

IPECE INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de

Planejamento e Orçamento

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Secretário Executivo de

Gestão

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Luciana de Oliveira Rodrigues

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

IPECE Informe – Nº 205 – Janeiro/2022

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Elaboração:

Luciana de Oliveira Rodrigues

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo
Cambéba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2022

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2022

ISSN: 2594-8717

1. Educação inclusiva. 2. Necessidades especiais. 3. Educação Cearense. 4. Ensino regular. 5. Inclusão Social.

Nesta Edição

O presente Informe analisa a evolução do processo de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência em escolas de ensino regular no estado do Ceará no período de 2012 a 2020. Para alcançar este objetivo, foram coletadas informações junto a Sinopse Estatística da Educação Básica referentes a matrículas de alunos com deficiência do Censo Escolar do Ministério da Educação. Além disso, foram analisadas informações sobre infraestrutura escolar e a oferta de profissionais qualificados nas escolas cearenses.

Entre as principais constatações do estudo, observou-se que entre 2012 e 2020 houve um aumento de 111% no número de matrículas de alunos com necessidades especiais na rede básica de ensino no estado. Os dados também apontam para um aumento considerável de alunos atendidos em classes comuns do ensino regular, representando um crescimento de 134%.

Em relação a oferta de educação especial por parte das escolas cearenses, em 2012, apenas 9,44% das escolas ofertavam atendimento para alunos com necessidades especiais no estado, passando para 20,42%, em 2020. No que diz respeito a profissionais qualificados para o atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, saiu de 16,2%, em 2012, para 28,94, em 2020.

1. Introdução

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída em julho de 2015 é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015). Entre estes direitos está o acesso à educação.

Em seu Art. 27 é assegurado que a pessoa com deficiência tenha acesso ao “*sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.*” Além disso, é incumbência do poder público o “*aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena*” (Artigo 28, 2º parágrafo).

Portanto, diante desses direitos adquiridos pelas pessoas com necessidades especiais, o propósito desse estudo é analisar quantitativamente a evolução da educação inclusiva na educação básica no Ceará.

Para este fim, são coletadas informações referente a matrículas de alunos com deficiência das planilhas de dados disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação dos anos de 2012 a 2020¹, o objetivo é averiguar se houve alteração nas matrículas escolares após a Lei nº 13.146 de 2015. Além disso, analisamos dados sobre infraestrutura escolar e a oferta de profissionais qualificados nas escolas cearenses.

2. Evolução da inclusão de alunos com necessidades especiais na educação básica no Ceará

De acordo com os dados coletados junto a Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pelo Inep, constata-se um aumento de 111% no número de matrículas de alunos com necessidades especiais entre 2012 e 2020 no estado do Ceará, passando de 31.626, para 66.741 matrículas. Dessa forma, a taxa de participação das matrículas em educação especial em relação ao total de matrículas na educação básica, subiu de 1,33%, para 3,13%, no período analisado.

Os dados revelam ainda que a maioria desses estudantes são atendidos em classes comuns do ensino regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), observando um aumento de 134%. Enquanto

¹ Disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>.

nas classes especiais e escolas exclusivas para atendimento de pessoas com necessidades especiais, ocorreu uma redução de matrículas de (-68%), saindo de 3.630, em 2012, para 1.156, em 2020.

Considerando a delimitação do período em que foi instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em 2015, observa-se que essa participação se torna maior a partir de 2016, posterior a criação da Lei, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução das matrículas de alunos com deficiência, Ceará (2012-2020)

Ano	Total ¹	Classes Comuns ²	Classes Exclusivas ³	Taxa de participação ⁴
2012	31.626	27.996	3.630	1,33
2013	31.965	29.812	2.153	1,37
2014	36.366	34.504	1.862	1,58
2015	41.341	39.761	1.580	1,85
2016	44.545	43.207	1.338	2,02
2017	50.626	49.236	1.390	2,32
2018	57.567	56.316	1.251	2,65
2019	64.120	62.947	1.173	2,97
2020	66.741	65.585	1.156	3,13

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE

Nota: ¹O total da Educação Especial inclui matrículas em Classes Exclusivas (Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Exclusivas de Ensino Regular e/ou EJA) e de Classes Comuns de Ensino Regular e/ou EJA.

² Inclui matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de Ensino Regular e/ou EJA.

³ Inclui matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Exclusivas de Ensino Regular e/ou EJA.

⁴ Razão entre as matrículas de educação especial em relação ao total de matrículas na educação básica.

Com o objetivo de analisar a inclusão de pessoas com necessidades especiais no sistema de ensino regular, os dados apresentados nas próximas tabelas, são apenas para estudantes matriculados em classes comuns. O número de matrículas da educação especial em classes comuns e a distribuição por dependência administrativa são apresentadas na Tabela 2. Como seria de esperar, a rede municipal de ensino é a que mais recebe alunos com necessidades especiais no Ceará, haja visto que ela também é responsável pela oferta da educação infantil ao ensino fundamental. Em 2012, essa rede de ensino atendia 23.994 alunos, o que representava 85,7% das matrículas total. O auge foi, em 2015, quando a rede foi responsável por aproximadamente 87% das matrículas total. Porém, em 2020, percebe-se uma redução na sua participação, caindo para 78,8%, somando 51.674 estudantes com necessidades especiais.

A rede federal atendia somente 0,1% dos alunos deficientes da educação básica, em 2012, subindo para 0,2%, em 2020. Enquanto a rede privada apresentou redução na participação total das matrículas, em 2012, ela era responsável por 6,5% das matrículas dos alunos deficientes, reduzindo para 5,9%, em 2020.

A rede estadual de ensino apresentou a maior evolução, em termos de participação, no período analisado. Em 2012, 7,7% dos alunos com deficiência no estado, estavam matriculados nessa rede, em 2020, ela era responsável por atender mais de 15% dos estudantes com necessidades especiais.

Tabela 2 – Evolução das matrículas de alunos com deficiência por dependência administrativa – em classes comuns- Ceará (2012-2020)

Ano	Federal		Estadual		Municipal		Privada	
	Número de matrículas	%	Número de matrículas	%	Número de matrículas	%	Num.	%
2012	23	0,1	2.168	7,7	23.994	85,7	1.811	6,5
2013	20	0,1	2.414	8,1	25.757	86,4	1.621	5,4
2014	30	0,1	2.724	7,9	29.954	86,8	1.796	5,2
2015	35	0,1	3.205	8,1	34.560	86,9	1.961	4,9
2016	20	0,0	3.777	8,7	37.352	86,4	2.058	4,8
2017	32	0,1	5.054	10,3	41.803	84,9	2.347	4,8
2018	74	0,1	6.832	12,1	46.577	82,7	2.833	5,0
2019	96	0,2	8.539	13,6	50.631	80,4	3.681	5,8
2020	110	0,2	9.899	15,1	51.674	78,8	3.902	5,9

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE

A Tabela 3 apresenta a evolução das matrículas de acordo com a necessidade especial de cada aluno. Nota-se um significativo aumento de matrículas de alunos com deficiência intelectual, saindo de 14.433, em 2012, para 45.365, em 2020. E de alunos com autismo infantil, subindo de 3.717 para 14.082 matrículas, entre 2012 e 2020. Sendo as que mais aumentaram no período, o que representa, em termos percentuais, um crescimento de 214% e 279% de alunos com deficiência intelectual e autismos infantil, respectivamente. Existem duas possíveis respostas para este fenômeno, a primeira é que este crescimento possa está relacionado a melhoria do sistema de saúde em diagnosticar precocemente as necessidades especiais das crianças e adolescentes e, a segunda, seria o nascimento de mais crianças nessas situações, porém, neste estudo, não é possível chegar a uma afirmação sobre este assunto.

Tabela 3 – Evolução das matrículas da educação especial por tipo de necessidades especial¹ – em classes comuns - Ceará (2012-2020)

Ano	Cegueira	Baixa visão	Surdez	Deficiência auditiva	Surdo-cegueira	Deficiência física	Deficiência intelectual	Deficiência múltipla	Autismo infantil	Superdotação
2012	255	4.824	1.355	1.267	23	3.884	14.433	1.397	3.717	117
2013	230	3.422	1.219	1.181	20	3.935	18.086	1.460	3.662	93
2014	272	2.760	1.239	1.120	24	4.196	22.924	1.769	4.436	152
2015	247	2.652	1.124	1.199	33	4.191	27.247	1.762	5.665	169
2016	229	2.596	1.066	1.187	27	4.119	30.185	1.852	3.596	210
2017	254	2.669	933	1.278	17	4.432	34.334	2.010	8.588	224
2018	241	2.743	895	1.320	16	4.795	39.191	2.249	10.778	266
2019	263	2.975	844	1.287	31	5.015	44.602	2.439	11.931	275
2020	246	2.777	764	1.250	23	5.059	45.365	2.401	14.082	298

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE.

Nota: ¹O mesmo aluno pode ter mais de um tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento e ter altas habilidades/supertotação.

Em relação a idade desses estudantes, nota-se que eles são relativamente jovens, mais de 74%, em 2020, tinham menos de 14 anos de idade, 15,8% tinham de 15 a 17 anos, 7,6% de 25 a 29 anos, 0,5% de 30 a 34 anos e 1% com mais de 35 anos de idade.

Tabela 4 – Evolução das matrículas da educação especial por faixa etária – em classes comuns - Ceará (2012-2020)

Ano	Até 14 anos		15 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 29 anos		30 a 34 anos		35 anos ou mais	
	Num.	%	Num.	%	Num.	%	Num.	%	Num.	%	Num.	%
2012	19.858	70,9	4.261	15,2	2.222	7,9	476	1,7	246	0,9	933	3,3
2013	21.434	71,9	4.515	15,1	2.418	8,1	482	1,6	277	0,9	686	2,3
2014	25.201	73,0	4.832	14,0	2.985	8,7	559	1,6	293	0,8	634	1,8
2015	29.657	74,6	5.465	13,7	3.203	8,1	543	1,4	274	0,7	619	1,6
2016	32.470	75,1	5.843	13,5	3.451	8,0	556	1,3	298	0,7	589	1,4
2017	36.906	75,0	7.049	14,3	3.746	7,6	598	1,2	341	0,7	596	1,2
2018	42.055	74,7	8.274	14,7	4.311	7,7	611	1,1	375	0,7	690	1,2
2019	47.339	75,2	9.318	14,8	4.687	7,4	602	1,0	360	0,6	641	1,0
2020	48.637	74,2	10.385	15,8	5.003	7,6	598	0,9	335	0,5	627	1,0

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE.

Na Tabela 5 é apresentada a distribuição das matrículas em classes comuns por etapa de ensino. No caso, estamos considerando apenas matrículas da educação infantil ao ensino médio que representam mais de 90% das matrículas da educação especial no estado².

Portanto, de acordo com as informações apresentadas na tabela, em 2020, 9,2%, 72,5% e 13% das crianças e adolescentes com necessidades especiais estavam matriculados na educação infantil, no ensino fundamental e ensino médio, respectivamente.

Tabela 5 – Evolução das matrículas da educação especial por modalidade Ceará – em classes comuns - (2012-2020)

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio	
	Creche	Pré-Escola	%	Anos Iniciais	Anos Finais	%	Num.	%
2012	427	1.649	7,4	14.410	7.416	78,0	1.352	4,8
2013	432	1.582	6,8	16.058	7.691	79,7	1.563	5,2
2014	473	1.772	6,5	18.390	9.161	79,8	1.993	5,8
2015	602	2.047	6,7	20.624	11.377	80,5	2.364	5,9
2016	642	2.133	6,4	21.296	13.597	80,8	2.857	6,6
2017	971	2.603	7,3	22.691	16.220	79,0	4.034	8,2
2018	1.249	3.045	7,6	24.580	18.647	76,8	5.644	10,0
2019	1.823	3.884	9,1	25.942	20.618	74,0	7.248	11,5
2020	1.763	4.293	9,2	24.987	22.562	72,5	8.548	13,0

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE.

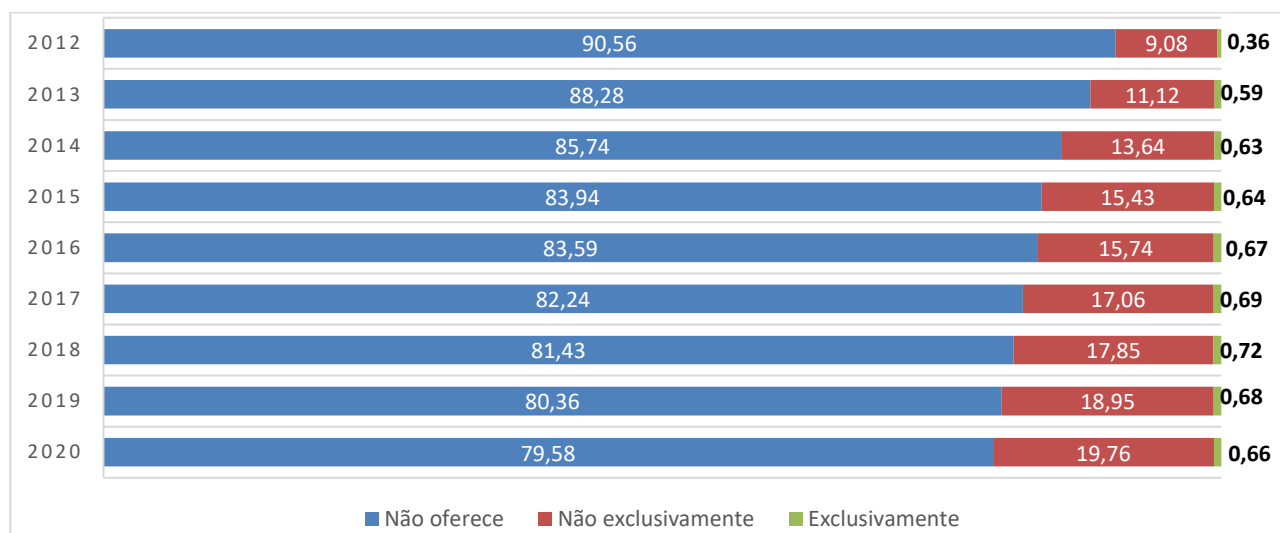
3. Oferta, infraestrutura e profissionais qualificados

² Ficam de fora matrículas: Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a escola deve possuir instalações, equipamentos, recursos humanos e propostas pedagógicas apropriadas para receber alunos com necessidades especiais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem (Artigo 28, 2º parágrafo). Posto isto, nessa seção são apresentadas as condições de infraestrutura e a oferta de profissionais qualificados para o atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais na educação básica do estado.

O gráfico seguir apresenta o percentual de escolas cearenses, em funcionamento, que ofertam Atendimento Educacional Especializado (AEE) de 2012 a 2020. Nota-se que neste período, ocorreu um crescimento significativo de escolas que ofertam AEE Não Exclusivamente (atendimento em salas comuns), saindo de 9,08%, em 2012, para 19,76%, em 2020. Apesar da evolução positiva, em 2020, ainda se tinha mais de 79% das escolas cearenses de educação básica sem ofertar AEE, seja Não Exclusivamente ou Exclusivamente.

Gráfico 1 – Evolução da oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) – (2012-2020)



Fonte: INEP/Microdados do Censo Escolar 2012 a 2020. Elaboração: IPECE.

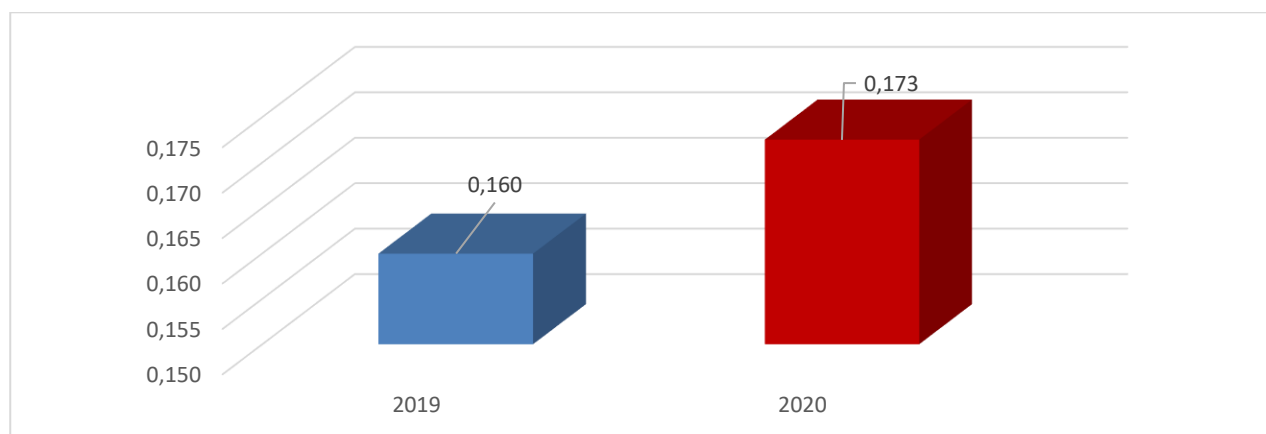
Para analisar as condições de infraestrutura das escolas, foi construído o Índice de Acessibilidade (IA) que é calculado com amparo em oito perguntas feitas junto as escolas sobre a existência de dependências e vias de acesso para pessoas com necessidades especiais. Os itens considerados são os seguintes: banheiro adequado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; sala de recursos de multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE); vias de circulação interna na escola como: corrimão e guarda corpos; sinalização táteis (pisos); portas com dimensões adequadas; rampas de acesso; sinalização sonora e sinalização visual (pisos e paredes). Portanto, temos que:

$$IA = \sum_{i=1}^8 X_i / 8$$

onde X_i será igual a 1 se a escola possui o item de acessibilidade e 0, caso contrário. O valor do IA pode variar de 0 (não existe nenhum item de acessibilidade na escola) a 1 (a escola apresenta todos os itens de acessibilidade). Por limitações nas bases, as informações serão apresentadas apenas para 2019 e 2020, haja visto que essas informações só foram introduzidas no questionário do Censo Escolar a partir de 2019.

O Gráfico 2 mostra que o IA gerado para o ano de 2019, foi de 0,1600 e para o ano de 2020, foi de 0,173, um crescimento de 0,013 entre estes dois anos.

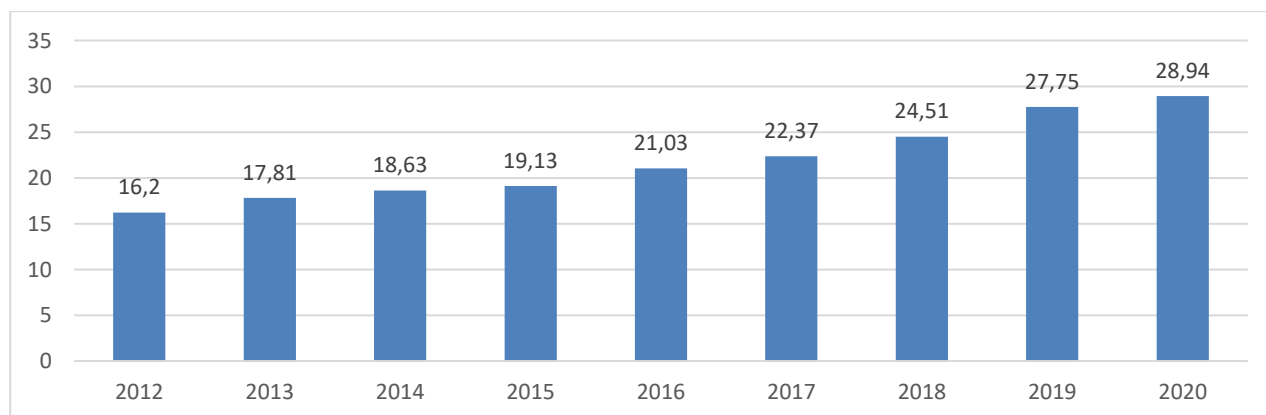
Gráfico 2 – Índice de Acessibilidade – Ceará - (2019 e 2020)



Fonte: INEP/Microdados do Censo Escolar 2019 e 2020. Elaboração: IPECE.

Em relação a formação de profissionais para o atendimento de alunos com necessidades especiais, apresenta-se na Gráfico 3 a percentual de escolas cearenses que possuem pelo menos um professor com formação continuada específica para educação especial de no mínimo 80 horas. Portanto, a partir dos dados apresentados, nota-se um crescimento importante do percentual de escolas que possuem professores com formação especializada em AEE, saindo de 16,2%, em 2012, para 28,94%, em 2020.

Gráfico 3 – Percentual de escolas com professores com formação continuada específico para educação especial (AEE) – (2012-2020)



Fonte: INEP/Microdados do Censo Escolar 2012 a 2020. Elaboração: IPECE.

4. Conclusões

Este estudo teve como propósito analisar quantitativamente a evolução da educação inclusiva na educação básica no estado do Ceará. Entre suas principais constatações, observou-se que entre 2012 e 2020 houve um aumento de 111% no número de matrículas de alunos com necessidades especiais na rede básica de ensino no estado. Os dados também apontam para um aumento considerável de alunos atendidos em classes comuns do ensino regular, representando um crescimento de 134%.

Em relação a oferta e infraestrutura das escolas cearenses, em 2012, apenas 9,44% das escolas ofertavam atendimento para alunos com necessidades especiais no estado, passando para 20,42%, em 2020. No que diz respeito a profissionais qualificados para o atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, saiu de 16,2%, em 2012, para 28,94, em 2020.

Assim, desde a implementação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída em julho de 2015, ocorreu um crescimento da inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação regular no estado do Ceará, ou seja, em classes comuns de ensino.

Infelizmente, por falta de bases de dados, não é possível avaliar a qualidade da educação que essas pessoas tem recebido na educação básica regular, se seus direitos estão sendo de fato atendidos. Essa análise seria importante para a elaboração de políticas públicas para este público específico, principalmente, no período durante e pós-pandemia, quando boa parte das crianças e adolescentes com necessidade especiais deixaram de receber atenção especial por parte de profissionais qualificados.